

ACTA Nº 10

Acta da Sessão Ordinária do dia 23 de Fevereiro de 2007

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Óscar Lopes Francisco, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Hugo Jorge, que foi substituído pela senhora Sílvia Santos, José Prior Regalado, Mário Tarenta e Manuel Bogalho, que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Vitor Santos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à discussão e votação a acta da sessão anterior, que foi aprovada com uma abstenção. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por congratular a constituição da empresa “Mais Vagos”, por considerar que esta pode contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho. Felicitou também o Executivo pela estrada de ligação da freguesia de Sosa ao Vale das Maias, considerando positivo que os habitantes deste local se possam deslocar ao concelho de Vagos sem ter de passar pelo concelho de Ílhavo. Acusando alguma preocupação sobre do avanço do mar na Vagueira, questionou o executivo no sentido de saber quais eram as soluções e as medidas que estavam previstas para defesa da costa. -----

----- O senhor deputado André Pinho congratulou a Câmara pela obra desenvolvida no lugar das Cabecinhas, saudando também o executivo pelo apoio prestado às equipas do concelho que participam no campeonato do Inatel, em futebol. Chamou a atenção do executivo para os estacionamento dos carros dos funcionários dos armazéns da câmara que estariam a incomodar os residentes naquela zona. -----

----- O senhor deputado José Lazaro questionou o Executivo sobre quais as diligências tomadas para solucionar o problema debatido na sessão anterior, acerca do prolongamento do horário escolar. -----

----- A senhora deputada Dulcília Sereno agradeceu à Câmara a coragem em reapreciar o projecto da escadaria na escola da freguesia de Santo André. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira questionou o executivo sobre a extinção da ACASA, quais razões dessa extinção e quais as contrapartidas dos funcionários perante a falta desse apoio. Questionou ainda sobre as medidas tomadas em relação à construção do edifício no centro da Ponte de Vagos, e interrogou também sobre a política de afastamentos do eixo da via nas construções e ampliações. Por último questionou o executivo sobre o ponto de situação da revisão do PDM. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, relativamente à defesa da orla costeira, referiu que a situação na praia da Vagueira é bastante sensível, mas menos problemática que outras situações que tem aparecido nos jornais e televisões, explicando que no aglomerado da Vagueira existem dois sistemas de protecção, o esporão e a defesa aderente, o que não acontece, por exemplo, nos aglomerados da Costa da Caparica, Cortegaça e Esmoriz. Confirmou que têm vindo a ser encetados todos os esforços junto das diversas entidades com jurisdição nas zonas costeiras, para que atempadamente este problema seja resolvido de forma objectiva e eficiente, até que seja dado cumprimento ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Informou também os senhores deputados que o INAG iria intervir brevemente na zona central da praia da Vagueira onde a defesa aderente ruiu, de modo a, provisoriamente, acautelar o avanço do mar. Informou ainda que estão previstas algumas acções, no âmbito do programa nacional, apresentado pelo senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento, entre as quais o prolongamento e recuperação dos esporões da praia da Vagueira e do Labrego, a recuperação da defesa aderente e o enchimento de areia na praia da Vagueira. Em relação à extinção da ACASA, o senhor Presidente referiu que quem tomou a decisão foi a Câmara Municipal e que as principais razões foram os desvios graves ao que era o espírito assistencial e social da ACASA. Em contrapartida, os funcionários da autarquia irão ter um contrato de seguro, sem qualquer custo, ao contrário do antigo sistema. Acerca do edifício no centro da freguesia de Ponte de Vagos, o senhor presidente confirmou que a obra se encontra embargada e que teriam sido tomadas as mesmas medidas que foram tomadas para muitas das construções ilegais no concelho de Vagos. Em relação aos afastamentos dos muros referiu que na freguesia de Vagos se aplica o regulamento do Plano de Urbanização, e que nas outras freguesias se aplica a lei geral. No que diz respeito à revisão do PDM, informou que foi apresentada à CCDR/C a versão corrigida, de acordo com a última Comissão Técnica de Acompanhamento, e que se espera que desta vez, caso não haja má vontade por parte da CCDR/C, a revisão do PDM possa ir para discussão pública. -----

----- A senhora vereadora Albina Rocha confirmou que, após a última sessão, reuniu com a direcção da Santa Casa da Misericórdia para tentar perceber o que se estava a passar, tendo sido informada que a situação em causa acontecia quando os pais se atrasavam. Foi avisada também de uma questão técnica contratual, pois no acordo elaborado entre aquela instituição, a Câmara e o Ministério da Educação, as crianças só estavam vigiadas até às cinco e meia, mesmo estando dentro do estabelecimento. Confirmou que estavam a ser efectuados todos os possíveis para que estas situações sejam evitáveis, apelando a todas as pessoas que se sentem lesadas para informarem a Câmara para que se possa tomar as medidas mais correctas. -----

----- A senhora deputada Graça Gadelho esclareceu que a responsabilidade até às cinco e meia é da escola e que após essa hora a responsabilidade é dos pais, havendo soluções para que esse horário seja alargado, sendo uma delas o arranjo, pagando, de um ATL. No entanto, a maior responsabilidade é das famílias. -----

----- O senhor deputado José Lázaro agradeceu à vereadora as diligências que tomou para tentar resolver este problema e lançou um apelo à Câmara Municipal para ajudar as mães que não possam ir buscar as crianças à hora da saída. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação um requerimento do senhor deputado Pires Plácido, que tinha pedido um período de suspensão de mandato de um ano, a solicitar autorização à Assembleia para alteração do prazo de suspensão, o que significaria o regresso do deputado já na próxima sessão. -----

----- Realizada a votação, o regresso do senhor deputado Pires Plácido foi aprovado por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO ALINEA 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** ---

----- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre os dias dezanove de Dezembro de dois mil e seis a vinte e um de Fevereiro de dois mil e sete. --

----- A senhora deputada Luísa Costa solicitou esclarecimentos sobre a aquisição de um terreno urbano em Sosa, destinado a equipamentos de interesse público. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o terreno adquirido era para estacionamento e zona verde e se situava no centro da Vila, na estrada municipal 333-1. -----

-----**PONTO DOIS – APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao executivo para apresentação dos documentos em discussão. --

----- O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização à mesa para uma apresentação sucinta da carta educativa pelo assessor da senhora vereadora Albina Rocha. -----

----- O senhor Presidente da Mesa, após consulta aos senhores deputados, deu autorização à apresentação da carta educativa. -----

----- O Dr. Bruno Marques apresentou a Carta Educativa com recurso ao formato digital, usando o programa PowerPoint. -----

----- Abrindo a discussão do documento, a senhora deputada Dina Ribeiro começou por questionar o cálculo da taxa de ocupação da Escola Secundária de Vagos, interrogando qual o ponto de referência para este cálculo, se era o número de alunos ou o número de turmas. Chamou a atenção para um erro na localização do Centro Educativo de Sosa e Ouca, que no documento está localizado na freguesia de Sosa mas na realidade se iria localizar na freguesia de Ouca. Questionou o entendimento que o documento fazia sobre a sigla ATL, se eram as actividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no prolongamento de horário. Interrogou ainda o executivo sobre se a construção destes Centros Educativos ficaria a cargo apenas da Câmara ou teria outros parceiros. A terminar, questionou sobre o envolvimento dos senhores Presidentes de Junta na elaboração desta proposta de rede escolar.----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos começou por esclarecer que a opinião que tinha era apenas de intuição e experiência de vida, pois não se considerava “expert” nesta matéria, mas não deixou de considerar que os grandes estabelecimentos de ensino não eram uma mais valia, e que a política que reina a nível nacional de centralização e contenção de despesas, não teria um efeito positivo a nível educacional. Informou que iria votar desfavoravelmente a proposta de carta educativa, explicando que este voto não era uma crítica à Câmara, mas sim ao conceito de sistema de ensino que considera altamente negativo. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado não deixou de referiu que tinha uma posição contrária à senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, em relação à forma de ver a educação, considerando que o primeiro aspecto que salta à vista no documento é a urgência de serem criadas cada vez melhores condições para que a educação seja mais qualificada. Em relação à comparação do sistema de ensino de anos anteriores e actualmente, lembrou que existem questões que se aplicam no presente que não se aplicavam anteriormente, sendo perfeitamente natural a exigência de mudanças. Por último, anunciou o voto favorável ao documento, apelando à aprovação por unanimidade da Carta Educativa, uma vez que se trata de um documento muito importante para o futuro da educação e dos jovens do concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a taxa de ocupação é calculada pelo número de alunos, a dividir pelo número de lugares em sala; quanto à localização no mapa do centro educativo de Sosa, confirmou que era apenas indicativa, pois a escala não permitia o rigor necessário. Relativamente à questão do ATL, afirmou que no documento o conceito se aproxima mais das características que apresentam as ATL das IPSS e não das actividades desenvolvidas no prolongamento de horário. No que diz respeito ao financiamento, o senhor presidente confirmou que era apenas a Câmara a financiar, com recurso a fundos comunitários, Quanto ao envolvimento das Juntas, referiu que estas foram consultadas, tal como outras entidades, para a apreciação da proposta da Carta Educativa. Considerou que gostaria bastante que em cada lugar do concelho existisse uma escola, mas a realidade actual é bastante diferente, justificando que ainda hoje não conseguia perceber que alunos de diferentes classes coabitassem na mesma sala ou que existissem escolas com apenas dois alunos. Concordou com a deputada Ana Maria Vasconcelos no sentido que grandes estabelecimentos criam grandes problemas sociais, mas lembrou que a realidade de Vagos não é a mesma de Lisboa, Porto ou mesmo de Aveiro, não acreditando que esse tipo de problemas sociais aconteça em Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro considerou estranhos os valores da taxa de ocupação da Escola Secundária de Vagos, pois tinha conhecimento que na Secundária haveria poucas turmas, demonstrando algum receio no esvaziamento desta escola. Relativamente à posição do grupo parlamentar a que preside, referiu que este se encontra de acordo com a posição da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, pois considera que o que estaria em discussão era a Carta Educativa de Vagos e não de Lisboa, revelando que o documento era bastante extenso e que era relativamente fácil encontrar argumentos para afirmar que era uma excelente proposta e argumentos que poderiam levar a considerar a proposta insuficiente. Em relação ao diagnóstico que é efectuado ao primeiro ciclo, considerou que este documento surge numa altura em que existe um acordo entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação para o encerramento de escolas, comunicando que ficou chocada com a forma apressada como em Vagos se aceitou o encerramento das escolas, pois inicialmente só estavam sinalizadas três escolas para fecharem, e na realidade fecharam bem mais. No que diz respeito concretamente à proposta de reordenamento da rede escolar, a senhora deputada conclui que foram seguidas cegamente as orientações técnicas do Ministério da Educação, não tendo sido postas em causa essas mesmas orientações, ressalvando que foram colocados prioritariamente os critérios economicistas e não os critérios pedagógicos e sociais. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou as boas condições das escolas primárias e o trabalho desenvolvido por este Executivo para recuperação e melhoramento nestes edifícios escolares. -----

----- O senhor Presidente da Câmara considerou que as declarações da senhora deputada Dina Ribeiro, sendo esta uma professora, eram demagógicas, destacando o aspecto da Carta Educativa ter sido aprovada por unanimidade, contando com a votação de representantes de duas associações de pais. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em resposta ao senhor Presidente da Câmara, informou que apenas manifestou a sua posição, e não a posição das associações de pais, não respondendo pelos votos dos outros. -----

----- A senhora vereadora Albina Rocha informou que não existia nenhuma criança a ir pé para a escola, e que a relação entre professor e aluno é mais forte numa escola onde existam dois ou três alunos, mas, pedagogicamente uma sala com 15 crianças funciona muito melhor e em termos educacionais não tem comparação. -----

----- A senhora deputada Helena Marques ausentou-se da sala antes da votação por motivos pessoais. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Carta Educativa. -----

----- Após a votação, a Carta Educativa foi aprovada com vinte e quatro votos a favor e seis votos contra. -----

-----**PONTO TRÊS – LOTEAMENTO DA GAFANHA DA BOA HORA – AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DOS LOTES 3 A 28.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo para apresentação do tema em discussão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que estas alienações estavam previstas no orçamento aprovado em Sessão anterior e que apenas se trata de dar execução a esse mesmo orçamento. Porém, têm de ser autorizadas pela Assembleia, pois a avaliação do conjunto dos lotes ultrapassa os limites legais para alienação sem autorização da Assembleia Municipal. Chamou a atenção que as licitações das propostas, desta vez, iriam ser apresentadas em carta fechada, considerando que o rigor e a transparência serão os mesmos, reduzindo a coação entre licitantes. -----

-----A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos considerou positiva a apresentação das propostas em carta fechada, julgando que será mais transparente. Questionou ainda sobre as razões da venda de conjuntos de lotes e não lote a lote. -----

----- O senhor Presidente da Câmara justificou a opção quer pelo que se passa presentemente no mercado imobiliário, considerando que a um investidor interessa mais um conjunto de lotes onde possa trabalhar e dar uma homogeneidade do que a compra lote a lote, quer pela facilidade da realização das próprias infra-estruturas pelo comprador. -----

----- O senhor deputado José Lázaro chamou a atenção para a redacção de alguns pontos da informação técnica apresentada, demonstrando alguma preocupação com a possibilidade de interpretações erradas no concurso. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a autorização da alienação dos lotes. -----

----- A autorização para alienação dos lotes 3-28 do loteamento da Gafanha da Boa Hora/Floresta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO QUATRO – PARQUE DE CAMPISMO DA VAGUEIRA – PROPOSTA DE ACORDO JUDICIAL E EXECUÇÃO DE SENTENÇA.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que este ponto dizia respeito a um acordo judicial no processo que a Orbitur moveu contra a Câmara Municipal no tribunal administrativo e fiscal de Viseu e à execução da sentença no processo que a Câmara Municipal é parte, juntamente com senhor José Arlindo, explicando que houve uma decisão da primeira instância pelo Tribunal de Vagos, que condenou quer o município quer o senhor José Arlindo a entregar a quantia paga pelo senhor José Arlindo na data em que outorgou a escritura com a Câmara Municipal e pagar ainda as benfeitorias necessárias que foram impostas ao senhor José Arlindo pela Direcção Geral de Turismo. Desta decisão recorreram os senhores José Arlindo e o assistente, senhor João Macedo. A Câmara apresentou um pedido de esclarecimento e um pedido de fixação dos efeitos do recurso. Por estes aspectos era entendimento da Câmara, em primeiro lugar, depositar o valor estipulado na sentença para controlo do crescimento da dívida através dos juros; em segundo chegar a acordo no processo que foi movido pela Orbitur e dentro deste acordo apresentado à autarquia pela Orbitur, ficaria a Câmara Municipal com a condição de vender o parque de campismo pelo valor de dois milhões de euros, desistindo a Orbitur do processo judicial. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos questionou o executivo acerca de o recurso ser apenas só referente aos juros, solicitando a fundamentação da afirmação. Questionou ainda sobre se terá sido interposto recurso sobre o arresto registado e que a sentença considera que prevalece, mesmo que não pertença ao interessado, e qual o valor da dívida que justifica esse mesmo arresto. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa começou por lamentar que os documentos sobre a proposta da Orbitur apenas tenham chegado no próprio dia da Sessão, questionando se a proposta do executivo seria a proposta da Orbitur, interrogando quais os moldes e os contactos existentes antes da data presente na proposta da Orbitur e a data da convocatória da Assembleia. Por fim reforçou a questão colocada pela senhora deputada Ana Maria Vasconcelos no respeitante ao arresto registado. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado considerou que esta questão era uma questão política, denunciando algumas situações que levaram a processos e pessoas que tiveram poder a não resolverem esses mesmos processo da melhor maneira, ressaltando a actuação coerente da bancada do PSD desde há algum tempo na resolução destes processos. Por fim e apresentando algumas contas, encarou esta solução apresentada, como uma excelente solução, bastante benéfica para a autarquia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o recurso não era colocado à totalidade do processo porque só recorrendo contra a decisão da nulidade é que teria efeitos. Em relação ao arresto, informou que o senhor João Macedo teria intentado uma acção contra o senhor José Arlindo, onde era pedido o arresto deste bem e de outros. A autarquia registou a acção em devido tempo, mas ficou registada provisoriamente por dúvidas, não completamente esclarecidas. Em conclusão, quando o registo do arresto do senhor João Macedo apareceu, e caducando o registo pelas dúvidas, ficou em vigor o arresto do senhor João Macedo, clarificando que após o depósito que a câmara irá efectuar seguindo a ordem de tribunal, o arresto que incide sobre o parque de campismo irá incidir sobre o depósito. Quanto à questão dos contactos, o senhor Presidente informou que estes, por via das dúvidas, foram sempre com a presença dos advogados e dos técnicos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a autorização de acordo judicial e execução de sentença. ----
----- Realizada a votação, o acordo judicial e a execução de sentença foram aprovados por unanimidade. -----
----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público presente. Interveio o senhor Ernesto Ferro,
residente na freguesia da Gafanha da Boa Hora, para relatar um pouco da história da formação e dos litígios das
terras da freguesia da Gafanha da Boa Hora. -----
-----De imediato o segundo secretário, Óscar Lopes Francisco, procedeu à leitura da minuta da acta da presente
Sessão. -----
----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.
----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser
assinada pelos membros da Mesa. -----